

## **EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE ATAQUES À DEMOCRACIA: AS CONSEQUÊNCIAS DO ESCOLA SEM PARTIDO NA ATIVIDADE DO PROFESSOR.**

Nericilda Bezerra da Rocha

Doutoranda da Universidade Federal do Ceará (UFC).

E-mail: [nericilda@hotmail.com](mailto:nericilda@hotmail.com)

**Resumo:** A democracia brasileira sofre alterações com o impeachment da ex-presidente Dilma Roussef e a ofensiva conservadora ganha força. É nesse contexto que o Movimento Escola Sem Partido (ESP) e, posteriormente, o Projeto de Lei Escola Sem Partido, se fortalecem com ataques à educação. Este artigo tem como objetivo realizar uma análise crítica do Escola Sem Partido e identificar suas consequências na atividade do professor. Explicitamos os fundamentos teórico-políticos da ofensiva conservadora no Brasil e suas implicações no ESP; analisamos o ESP em seus pressupostos teóricos, políticos e pedagógicos e por fim, apontamos as consequências do programa educacional projeto/movimento Escola Sem Partido sobre a atividade do professor. Por fim, demonstramos que o discurso de neutralidade defendido pelo Escola Sem Partido oculta uma política de cerceamento ao debate de ideias, uma forte perseguição aos professores por supostamente manipularem a opinião dos estudantes, e que em verdade, busca impor uma concepção de educação conservadora e antidemocrática.

**Palavras-chave:** Ofensiva conservadora. Ideologias. Escola Sem Partido.

**Abstract:** Brazilian democracy undergoes changes with the impeachment of former president Dilma Roussef and the conservative offensive gains strength. It is in this context that the Movimento Escola Sem Partido (ESP) and, later, the Escola Sem Partido Law Project, are strengthened with attacks on education. This article aims to carry out a critical analysis of Escola Sem Partido and identify its consequences on the teacher's activity. We explain the theoretical-political foundations of the conservative offensive in Brazil and its implications for ESP; we analyze the ESP in its theoretical, political and pedagogical assumptions and finally, we point out the consequences of the educational program project/movement Escola Sem Partido on the teacher's activity. Finally, we demonstrate that

the neutrality discourse defended by Escola Sem Partido hides a policy of restricting the debate of ideas, a strong persecution of teachers for allegedly manipulating students' opinions, and that, in fact, it seeks to impose a conservative and undemocratic.

**Keywords:** Conservative offensive. Ideologies. Non-Party School

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo assume como objetivo central analisar criticamente o projeto Escola sem Partido como movimento e programa, situando-o no contexto de avanço das ideias conservadoras no Brasil e identificar suas consequências na atividade do professor.

Entende-se que após o impeachment da ex-presidente Dilma, assumiu o governo, uma nova coalizão de partidos políticos ao redor de Michel Temer, desencadeando uma série de contrarreformas contra a classe trabalhadora. No marco dessas contrarreformas, há um conjunto de medidas voltadas para a educação com um conteúdo ideológico extremamente conservador. Compreendê-las com o objetivo de identificar seus alcances sobre o sistema educacional brasileiro, é condição para realizar uma análise crítica do projeto Escola sem Partido como movimento e programa.

O movimento foi criado pelo advogado Miguel Nagib, em 2004. Em 2014, o deputado estadual do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro (PSC-RJ) pediu ao Miguel Nagib que escrevesse um projeto de lei com esse teor, intitulado Programa Escola Sem Partido. Ele foi o primeiro parlamentar a apresentar um projeto desses no Rio de Janeiro, em 13 de maio de 2014.

Em seguida, apareceu o segundo projeto, também no Rio de Janeiro, apresentado pelo vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ). Era o mesmo teor, só que destinado ao município. Depois disso, vários projetos surgiram pelo país e projeto de lei no Congresso Nacional. É assim que o Escola Sem Partido ganha força, englobando essas pautas conservadoras e com forte atuação nas redes sociais e com visibilidade governamental após a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

Os defensores do projeto Escola Sem Partido partem do pressuposto de que a escola atual é doutrinadora e disseminadora das ideias de esquerda e de uma ideologia de gênero. Os disseminadores dessas ideias, por óbvio, são os professores e as professoras.

Há que se destacar que temas relativos à violência contra a mulher e ao feminicídio, ao gênero, à diversidade sexual, ao racismo, à lgbtfobia, dentre outros concernentes às opressões que marcam a nossa sociedade legatária de um conservadorismo histórico e estrutural, são considerados, pelo Movimento Escola Sem Partido, doutrinação.

Durante o governo Bolsonaro, o Escola Sem Partido ganha força no Ministério da Educação (MEC) principalmente através dos ministros, Ricardo Vélez Rodríguez, Abraham Weintraub e posteriormente o pastor, Milton Ribeiro.

Nesse sentido, este artigo corresponde ao esforço de compreender como esse projeto se articula com o avanço das ideias conservadoras no Brasil e identificar suas consequências na atividade do professor.

## **2 ESCOLA SEM PARTIDO: CONTEXTO E PRESSUPOSTOS**

Ao analisar a crise estrutural do capital, Mészáros (2011) afirma que sua novidade histórica se explicita por ser uma crise universal e destrutivo. A crise estrutural não significa que o sistema esteja prestes a colapsar, e sim que ele não tem mais nada de positivo a proporcionar à humanidade. Há um esgotamento dos potenciais civilizatórios do capital e o crescimento da barbárie social cotidiana.

Corroborando com esta análise e referindo-se aos impactos da crise mundial de 2008 na América Latina, Rojas (2017) considera que esta crise, contribuiu para o fim do ciclo dos governos denominados “progressistas<sup>1</sup>” e/ou de esquerda. Segundo ele, os impactos desta crise começam a ser sentido no Brasil após 2014, levando a crises políticas.

No mesmo direcionamento, Antunes (2018) destaca que a repercussão dessa crise no Brasil, lança as bases para as condições que propiciaram o fim do governo Dilma, que na opinião de Lowy (2016), foi um governo interrompido vítima de um golpe de Estado parlamentar sem ter cometido crime de responsabilidade, isto é, sem ter agido de forma criminosa no exercício do cargo. É importante destacar essa opinião de Lowy porque o presidencialismo que vigora no Brasil, segundo a Constituição, só

---

1 Denominação dos governos que prevaleceram de 2000 a 2014 na Argentina, Brasil, Equador, Bolívia, Venezuela e Uruguai.

pode ser interrompido caso o presidente cometa crime de responsabilidade. Para ele, no caso da presidenta Dilma houve condenação sem crime. Todo o ritual do processo de impedimento foi seguido, mas foi só a aparência. Não havia fundamento na lei para a destituição da presidente. “O nome disso é golpe”, afirma Lowy.

A partir do golpe contra Rousseff, assume o governo Michel Temer, com uma nova coalizão de partidos políticos, desencadeando uma série de contrarreformas<sup>2</sup> contra a classe trabalhadora<sup>3</sup>.

Compartilhamos da opinião de Leher (2020) que relaciona a crise mundial a partir de 2008, o golpe contra a presidente Dilma e a ascensão deste novo bloco político ao redor de Michel Temer do seguinte modo:

A despeito das contradições e fissuras, as frações financeiras e industriais hegemonizaram uma transformação profunda no padrão de acumulação do capital no Brasil, com o agravamento da crise econômica de 2013. As suas exigências em relação à apropriação privada do fundo público, aos direitos trabalhistas, à previdência social, à exploração das commodities, ao agronegócio, à remoção de obstáculos e entraves ambientais e à flexibilização da demarcação dos territórios dos povos indígenas definiram nova agenda para o Estado, que somente poderia se viabilizar se assentada em bases autocráticas. Mas o governo Michel Temer apenas iniciou o processo de recalibração do padrão de acumulação. Objetivando seguir na mesma agenda regressiva, sem alternativas exequíveis e realistas, o bloco no poder convergiu no apoio à candidatura de Jair Bolsonaro.

Essas contrarreformas iniciadas com Temer, vêm acompanhadas de uma ofensiva ideológica que representa uma linhagem de pensamento contemporâneo que Bianchi (2015) denomina de ofensiva conservadora-liberal, que prima por uma pauta que investe fortemente em padrões morais e éticos.

Decerto, as ideias conservadoras nunca estiveram ausentes do cenário brasileiro conforme nos apresenta Florestan Fernandes em *A Revolução Burguesa no Brasil*, apoiado nas considerações de Marx e Engels (2001) quando afirmam que as ideias dominantes em uma sociedade são sempre as ideias das classes dominantes. Entretanto,

---

2 Contrarreformas seria oposto ao que Behring (2003) identifica como **reforma**, isto é, um processo de conquista de soberania nacional, como um avanço social em benefício de muitos, no sentido de promover a equidade e a ampliação de direitos sociais.

3 Sobre o conceito de classe trabalhadora aqui é utilizado como é chamada tradicionalmente desde o Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels, “a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que, não tendo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver”.

sabe-se que a forma de manifestação dessa dominação relaciona-se com a correlação de forças sociais e políticas entre as classes sociais<sup>4</sup>.

Demier (2017), ao analisar a situação política brasileira pós-golpe, defende a tese de que estamos sob um novo regime político, o da democracia blindada, em que a correlação de forças entre as classes se alterou rompendo a hegemonia do bloco político que governou o país durante os treze anos de governo petista.

Considera-se pertinente o conceito de hegemonia de Gramsci (2000), que articula força e consenso, tendo em vista as correlações de forças que estabelece um “equilíbrio instável” nas relações sociais, ou que, quando o velho mundo agoniza e o novo mundo tarda a nascer porque não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma-direção eficaz mais também ao âmbito ideológico.

É neste sentido, que consideramos as contrarreformas trabalhista, previdenciária, os cortes no orçamento como a Emenda Constitucional 95/2016 que estabeleceu o teto dos gastos públicos, a medida provisória da reforma do novo ensino médio, medidas de uma forte ofensiva ideológica conservadora, da qual o movimento/projeto Escola Sem Partido é parte das políticas que são adotadas com força a partir do golpe.

Para Saviani (2018), após o golpe, há uma investida da classe dominante com este novo bloco político sobre a educação, buscando transformá-la em instrumento de doutrinação. Dentre o ataque à educação pública quanto ao corte no seu financiamento, Saviani considera que os principais retrocessos na educação são:

A inviabilização das metas do Plano Nacional da Educação é apenas um dos aspectos pelos quais as reformas regressivas do governo Temer procuram neutralizar os limitados avanços dos governos Lula e Dilma, retomando o espírito autoritário que foi a marca do período da ditadura militar. Esse autoritarismo fica evidente na reforma do ensino médio, baixada por medida provisória sem sequer dar conhecimento prévio às Secretarias de Educação e aos Conselhos Estaduais de Educação que, pela Constituição e pela LDB, são os responsáveis pela oferta pública desse nível de ensino. Tal autoritarismo se faz presente, ainda, no movimento “escola sem partido”, mercedamente chamado por seus críticos de “lei da mordaza”, pois explicita uma série de restrições ao exercício docente negando o princípio da autonomia didática consagrado nas normas de funcionamento do ensino. (SAVIANI, 2018, pag. 41).

---

4 Os proprietários de simples força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terras, cujas respectivas fontes de receitas são o salário, o lucro e a renda do solo, ou seja, os operários assalariados, os capitalistas e os latifundiários, formam as três grandes classes da sociedade moderna, baseada no regime capitalista de produção. MARX, K. *O Capital : crítica da economia política – vol. I – livro primeiro – tomo 2*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 99.

O que o autor está chamando atenção é para a relação entre autoritarismo e educação, ou seja, por que a ofensiva ideológica conservadora se volta tanto para a educação? Porque esta é uma instância ideológica: produz e reproduz formas de consciência que orientam e permeiam completamente os processos educativos que se desenrola em todas as esferas da formação social (no trabalho, na política, na religião, no direito, na família, na mídia etc.).

A compreensão da ideologia se insere no quadro teórico de Mészáros (em *O Poder da Ideologia*), baseando-se também nas formulações de Marx (sobretudo no Prefácio da *Crítica à Economia Política*) e Lukács (em *Para uma Ontologia do Ser Social*): é uma forma de consciência social orientada para a ação, legitimadora de certos posicionamentos (sejam de conservação ou de transformação da ordem) existentes em função de interesses conflitantes materialmente presentes nas sociedades de classes. Como argumenta Marx (2008), numa passagem célebre no Prefácio de *Contribuição à Crítica da Economia Política*, as ideologias são aquelas formas de consciência através das quais os homens e as mulheres se dão conta dos conflitos fundamentais da sociedade, tomam partido nesses conflitos e os resolvem pela luta. Não pertencem, portanto, apenas ao mundo da consciência; têm o poder de operar materialmente; incidir, de fato, na realidade.

Ao contrário do que defende a perspectiva ideológica dominante, que apresenta a educação como um lugar *neutro* de transmissão e construção do conhecimento, os processos educativos se desenrolam por meio da atuação das ideologias. É assim que pretendemos localizar o estudo sobre o Movimento/Projeto Escola Sem Partido, ainda que este, busque passar a ideia de que um determinado conhecimento possa ser desprovido de parcialidade, como se a própria ciência fosse neutra. Saviani (2018) considera tratar-se da tentativa de deslegitimar a autonomia da escola pública para implantar um modelo conservador em que o professor se torne refém da obrigação de ser neutro e a escola assujeitada a manter a orientação monodisciplinar com única opção para formar cidadãos para atuar no mundo complexo.

Penna (2018) indica algumas ideias centrais do projeto educacional do ESP. Segundo o autor, o ESP se sustenta fundamentalmente em dois grandes pilares: a) a concepção de escolarização de que o professor não é educador, que o dever do professor é apenas instruir e que a educação é responsabilidade da família; b) a desqualificação e desumanização do professor com uma criminalização político-ideológica.

Para Ramos (2018) o ESP escolheu como “síntese de suas antíteses o termo ‘doutrinação’” e o que denominou como “ideologias de esquerda e de gênero”. Corroborando com a autora, e explicando as razões para esta escolha, Penna (2016) indica ser um tema explorável politicamente dado o desconhecimento de uma parcela significativa a população sobre o cotidiano das escolas e sobre as discussões de gênero e sexualidade.

Já Frigotto (2018) é contundente ao afirmar que a proposta do Escola Sem Partido encarna com mais força o autoritarismo e a ofensiva ideológica do conservadorismo na educação brasileira. Porque substitui “a pedagogia da confiança e do diálogo crítico pelo estabelecimento de uma nova função: estimular os alunos e seus pais a se tornarem delatores” (FRIGOTTO, 2018, p. 31). O autor considera, que a concepção de educação que se busca hegemonizar com o ESP nega a atividade do professor, articula falta de pluralidade e estreitamento do conteúdo e restrição da liberdade. Afirma que é uma ameaça ao convívio social e a escola pública como espaço de formação humana.

Considerando o conceito de educação em Lukács (2013), como um complexo de atividades que faz parte da totalidade do ser social e que possui papel fundamental no desenvolvimento do gênero humano, reconhecendo existir uma ineliminável dimensão ética na práxis educativa que deve estar a serviço da satisfação das necessidades humanas, o ESP retira a possibilidade de a educação ser esse complexo de atividades do qual nos fala Lukács.

Se tomamos também a categoria de educação em Freire (1976), que desde os seus primeiros escritos, evidenciou a educação como forma de intervenção no mundo, Educação na perspectiva libertadora, como sinônimo de mudança e transformação das estruturas de um metabolismo social que atenta contra a dignidade do ser humano, desconfiamos, por tudo já exposto até aqui, que o ESP é o oposto do que nos fala o educador popular pernambucano.

Se para o ESP o professor não pode ser um educador porque não pode emitir opinião dotada de criticidade, a educação que pretende passar o ESP nega a educação como um conjunto de atividades humanas presentes nos confrontos dos sujeitos entre si e destes com a objetividade, como apresenta Lukács. Podemos nos amparar também em Freire (1996) que nos ensina que educar é sempre um ato político. Entretanto, é possível uma prática educativa isenta de ideologia? Como preparar os professores para uma

“neutralidade ideológica”? Isso existe? Quais as consequências desse projeto na atividade pedagógica do professor e da professora?

Parece que diferente das inúmeras vertentes pedagógicas liberais que aceitam esse confronto e buscam estabelecer sua hegemonia, o ESP chama a atenção, por querer negar esse confronto de ideias. É nesse sentido que parece intrigante e necessário ter seus verdadeiros objetivos revelados.

Saviani (2018) deslinda a suposta neutralidade do ESP :

Ao proclamar a neutralidade da educação em relação à política, o objetivo a atingir é o de estimular o idealismo dos professores fazendo-os acreditar na autonomia da educação em relação à política, o que os fará atingir o resultado inverso ao que estão buscando: em lugar de, como acreditam, estar preparando seus alunos para atuar de forma autônoma e crítica na sociedade, formarão para ajustá-los melhor à ordem existente e aceitar as condições de dominação às quais estão submetidos. Eis por que a proposta da escola sem partido se origina de partidos situados à direita do espectro político com destaque para o PSC (Partido Social Cristão), PSL (Partido Social Liberal) e PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) secundados pelo DEM (Democratas), PP (Partido Popular), PR (Partido da República), PRB (Partido Republicano Brasileiro) e os setores mais conservadores do MDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Como se vê, a “escola sem partido” é, de fato, uma escola de partido; é a escola dos partidos da direita, os partidos conservadores e reacionários. (SAVIANI, 2018, pag. 55).

Compartilhamos as ideias de Saviani que considera os pressupostos teóricos e políticos do ESP uma reação ao projeto de uma educação transformadora e inclusiva. Contudo, buscaremos desenvolver mais adiante a relação entre educação e ideologia e porque o professor é considerado um inimigo para os defensores do ESP, trilhando um percurso que indique as consequências do ESP na atividade do professor.

### **3 BREVE ANÁLISE DO MOVIMENTO/PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO**

Como visto, a ofensiva conservadora no Brasil tem grandes reflexos na educação. O movimento/programa Escola sem Partido, sem dúvida, representa um dos maiores atores dessa ofensiva conservadora no atual cenário. Porém, vale ressaltar que alguns conceitos e noções de caráter moralista cristão, foram se aglutinando desde muito antes da criação do ESP.



O movimento ESP foi criado pelo advogado Miguel Nagib<sup>5</sup>, em 2004, que em seu site explica que a origem do movimento é combater os professores e autores de livros didáticos que supostamente se utilizam de suas aulas e de suas obras para doutrinar ideologicamente os estudantes.

Segundo Penna (2016), o movimento ESP só se tornou um projeto de lei a partir de 2014 a pedido do então deputado Estadual Flávio Bolsonaro<sup>6</sup>, que solicitou a Nagib que desenvolvesse os argumentos do movimento em forma de um projeto de Lei. Assim, o projeto 2.974/2014 foi apresentado pela primeira vez à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, no dia 15 de maio, por esse deputado estadual que propôs no âmbito do sistema de ensino do estado do Rio de Janeiro o “Programa Escola sem Partido”.

Penna esclarece ainda que o município do Rio de Janeiro também apresentou, naquele mesmo ano, um projeto com poucas adaptações. O responsável pelo PL 867/2014 foi o vereador Carlos Bolsonaro<sup>7</sup>. Penna (2016) afirma que o estado do Rio de Janeiro foi o primeiro a conhecer, na forma de um projeto de lei, o “Programa Escola sem Partido” e esse episódio teve como atores políticos de destaque os políticos da família Bolsonaro.

Desde 2014, o movimento vai concretizando suas propostas por meio de projetos de lei apresentados nas diversas esferas (municipais, estaduais e nacional). De acordo com um levantamento realizado pelo portal Educação e Participação, em 2017, dezenove estados brasileiros têm 62 projetos de lei em tramitação inspirados no ESP. Um dos destaques é a tentativa de aprovação em maio de 2016 no estado de Alagoas do projeto de lei 7.800 que instituía o “Programa Escola Livre”, estabelecendo a proibição à “prática de doutrinação política e ideológica em sala de aula bem como a veiculação, em disciplina obrigatória, de conteúdos que possam induzir aos alunos a um único pensamento religioso, político e ideológico.” (ALAGOAS; 2016, p. 84). No mesmo ano foi aprovado na Câmara de Vereadores de Teresina (PI), o Projeto de Lei de 20/2016 que proíbe o

---

<sup>5</sup> Miguel Nagib é advogado, procurador do Estado de São Paulo desde 1985 e foi assessor no Supremo Tribunal Federal de 1994 a 2002.

<sup>6</sup> Flávio Bolsonaro é empresário, advogado e político brasileiro, Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, e filho do ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro (PL).

<sup>7</sup> Carlos Bolsonaro é um político brasileiro, e o segundo filho do ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. Carlos é vereador pelo Rio de Janeiro desde 2001 e filiado ao Partido Social Cristão (PSL)

debate sobre as questões de gênero nas escolas de educação básica da rede municipal. Enfim, são vários projetos nas esferas municipais, estaduais e federais que ganham força entre 2015 e 2019.

Segundo o relatório já referido, após 6 anos de projeto “Escola sem Partido”, em 2015, pode-se verificar a construção de um movimento familista de apoio à derrubada da presidenta identificando-a como defensora da “ideologia de gênero”. Vale lembrar daqueles que votaram “sim” em 2016 dizendo ser “pela família”. O outro movimento de crescimento é mais recente, de 2019, e mostra com força atividade do PSL na questão. O apreço do partido de extrema-direita pela linguagem e ideias do Escola sem Partido é demonstrada com a ação de diversos parlamentares e a do próprio presidente da República Jair Bolsonaro.

Na Câmara dos deputados federais, no mesmo ano, o deputado federal Erivelton Santana (PSC/BA) apresentou o PL nº 7180/2014, que propunha alterar o artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional. Esse PL foi arquivado e em 2015 foi proposto um projeto de lei que também teve a intenção de incorporar as ideias do ESP na LDB. Foi o PL 867/2015 do deputado federal Izalci Lucas do PSDB do Distrito Federal, apresentado em 26/03/2015. Para termos ideia da gravidade dessa proposta, o artigo 3º desse projeto estabelecia:

Art. 3º São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdo ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes. (BRASIL, 2015, p. 2).

O PL nº 867/2015 foi apensado ao PL nº 7180/2014, além de vários outros projetos tratando de temas correlatos, como, tipificação do assédio ideológico como crime, proibição de uso dos termos gênero ou orientação sexual nos planos de educação e nos currículos, proibição de uma suposta “ideologia de gênero” nas escolas etc. Vários projetos na Câmara Federal foram apensados ao PL nº 7.180/2014, inclusive, o último, “ESP 2.0” 246/2019, de autoria da deputada federal Bia Kicis, advogada e do PL do Distrito federal.

Conforme o relatório já supracitado, em 2017, a Procuradoria Geral da República apresentou a ação, que passou a ter relatoria do ministro Alexandre de Moraes. A decisão afirma que a “imposição do silêncio, da censura e, de modo mais abrangente, do obscurantismo” contraria o princípio da igualdade perante a lei e que a lei impugnada não cumpre o dever estatal de promover políticas de inclusão. O golpe mais duro dessa decisão

contra o suposto embasamento jurídico do Escola sem Partido foi, provavelmente, a afirmação clara de que professores têm, sim, liberdade de expressão no ofício da sua profissão. Moraes entendeu que liberdade de expressão é parte das liberdades de aprender e ensinar.

Desde 2019 o ESP vem tendo dificuldades a nível institucional no Superior Tribunal Federal. Vários projetos estaduais, municipais e federal foram considerados inconstitucionais. Em 21 de agosto, três ADPFs relatadas pelo ministro Barroso (461, 465, 600) e três ADIs contra o ESP alagoano, o “Escola Livre”, foram julgadas procedentes e suas respectivas leis impugnadas, derrubadas definitivamente. Na avaliação do relator das ações, ministro Barroso, o ESP alagoano, separa dimensões inseparáveis do processo de ensino-aprendizagem, faz uma separação também impossível do que cabe aos pais e do que cabe ao ensino, e por fim diz que ele afronta o direito à educação, por isso ele julgou inconstitucional.

Ainda segundo o relatório, em agosto de 2019, também o fundador do movimento, o advogado Miguel Nagib, deixou a coordenação do mesmo dizendo-se insatisfeito com o pouco caso que o governo bolsonarista teria feito de suas ideias. Contudo, o site e página do facebook seguem no ar.

Apesar das derrotas institucionais, no âmbito jurídico e político, muito resultado também da resistência dos professores e suas entidades, o contexto político que favoreceu o fortalecimento e expansão das ideias do ESP, ainda não foi completamente superado.

#### **4 O ESCOLA SEM PARTIDO DURANTE O GOVERNO BOLSONARO**

Vimos que o ESP se insere no contexto da ofensiva das ideias conservadoras que ganham força desde o golpe da ex-presidente Dilma, e adquire robustez como políticas governamentais na gestão do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019 – 2022). Em 2016, o então deputado Jair Bolsonaro, publicou vídeo em que acusava o Partido dos Trabalhadores de promover sexualização precoce de crianças nas escolas do país. Na campanha presidencial de 2018, já havia mais de 150 projetos ESP<sup>8</sup> em todo Brasil, e o

---

8 Moura, Fernanda Pereira de; Silva, Renata da C. A. da. 6 anos de projetos “Escola sem Partido” no Brasil: levantamento dos projetos de lei estaduais, municipais, distritais e federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar. Brasília: Frente Nacional Escola Sem Mordça, 2020.

ESP foi parte da plataforma eleitoral de Jair Bolsonaro, ocupando centralidade como parte da pauta ideológica.

Importa recordar que a vitória de Jair Messias Bolsonaro para presidente se deu após Luiz Inácio Lula da Silva, candidato que aparecia à frente das pesquisas, haver sido preso numa condenação sem provas, impedindo sua candidatura quando as pesquisas eleitorais o colocavam em primeiro lugar na preferência dos eleitores. Outro fator que contribuiu fortemente para sua vitória foi o espalhamento das fake news principalmente no campo das moralidades.

Melo (2020) considera que o ESP é uma iniciativa absolutamente central na construção ideológica do bolsonarismo:

É propriamente o movimento Escola Sem Partido uma das iniciativas que deram forma ao bolsonarismo como alternativa política para as massas populares, por ter sido capaz de interpelar os valores conservadores predominantes no senso comum das classes subalternas, dando uma explicação para a natureza da crise brasileira que transcende a velha narrativa de combate à corrupção mais direcionada às classes médias. (MELO, 2020, p. 34).

Adotando o ESP como uma de suas agendas morais (ideologia de gênero), Bolsonaro conseguiu apoio de massas oriundo das estruturas do fundamentalismo neopentecostal que gozaram de influência nos rumos do governo ao passo que mantinha sua base social bolsonarista mobilizada contra o “marxismo cultural”, requalificando os propósitos da ESP. Nesta direção, Leher (2020) destaca que a pauta do ESP — anticientificista, dogmática, fundamentalista, informada por preceitos das alas mais reacionárias da “bancada evangélica” e de segmentos empresariais de extrema direita — assume, a partir do governo Bolsonaro, outra configuração.

Isto fica explícito em um breve olhar sobre o papel do Ministério da Educação (MEC) durante o governo Bolsonaro. É através do MEC que o governo garante as principais linhas de força ideológica como o ESP e o combate à ideologia de gênero<sup>9</sup>, que lhe dão apoio e sustentação. Ou seja, o ESP se tornou oficialmente uma política do governo federal.

---

9 O termo “Ideologia de gênero” aparece pela primeira vez em 1998, em um documento eclesialístico, em uma nota da Conferência Episcopal do Peru, intitulada “A ideologia de gênero: seus perigos e alcances”. Em 2000, novas menções surgem em registro da própria Cúria Romana, até que, em 2003, é publicado o mais extenso documento católico sobre o tema, o *Lexicon*.

A educação teve na gestão de Ricardo Vélez Rodríguez e na de Abraham Weintraub, papel central no que se pode considerar ideologia bolsonarista. Para Leher, ambos ministros mantiveram duas táticas bastante explícitas: rebaixar/anular, valendo-se de baixarias, qualquer debate qualificado acerca de políticas públicas e compromissos do Estado para com a formação escolar e universitária de seus cidadãos; agredir via redes sociais, sessões públicas e até comunicados oficiais os sujeitos diretamente envolvidos no fazer educacional, fundamentalmente professores, mas também gestores, técnicos e alunos. Sob a gestão desses ministros, foi estimulada a vigilância e punição a professores que não têm um posicionamento considerado neutro.

Sob o comando de Ricardo Vélez-Rodriguez, que provém da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), da área de ciências da religião, e foi colaborador da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), a área do MEC responsável pelas ações de diversidade, direitos humanos e relações étnico-raciais foi extinta. Vélez em sua curta passagem pelo Ministério, três meses de duração, deu ênfase à necessidade do retorno à Educação moral e cívica nas escolas e propôs que os diretores de escolas apresentassem aos alunos uma carta com o slogan de Bolsonaro e filmassem os estudantes durante a execução do Hino Nacional.

O indicado por Bolsonaro para substituir Vélez, Abraham Weintraub, que ficou 14 meses à frente do MEC, ao assumir o ministério em setembro de 2019, reafirmou o ESP, apesar de o projeto não ter prosperado na Câmara dos deputados e ter sido arquivado em 2018. Ignorando este fato, e confiante na iniciativa da deputada Bia Kicis (PSL-DF) que havia apresentado nova versão do ESP na Câmara Federal em 2019, o presidente Jair Bolsonaro determina ao MEC a criação de um projeto de lei para proibir a abordagem de questões de gênero nas escolas de Ensino Fundamental. Desse modo, Weintraub entrega ofício para as redes de ensino informando que retomava as diretrizes do ESP. Em dezembro, o presidente da República afirma que o projeto estava em operação.

Nessa conjuntura em que o ESP tem iniciativas desde o governo federal, proliferam centenas de projetos por todo o país sem, contudo, ser transformado em uma lei nacional conforme pretendiam seus criadores. Em 2019, o Movimento Professores Contra o Escola Sem Partido (MPCESP)<sup>10</sup> identificou 245 projetos de lei pelo Brasil com

---

10 O MPCESP começou como uma página no Facebook e evoluiu para um observatório onde os professores vítimas do ESP podem denunciar e encontrar apoio. Surgido em 2015, é um dos primeiros

conteúdos similares que buscam limitar o que o professor pode falar na sala de aula. Se fortalece a desqualificação dos professores, sobretudo, os que se colocam ao lado de causas populares e se recusam a seguir o ESP. Estes são criminalizados, denunciados por “fazer a cabeça dos educandos” na tentativa de formar cidadãos críticos e compromissados com a realidade em que vivem, exercem a profissão de forma equivocada, pois esta função, de acordo com o ESP, só deve ser exercida pela família (MIGUEL, 2016).

Contudo, vale destacar que o governo adota o posicionamento geral do ESP, a deslegitimação da qualidade das universidades federais, o asfixiamento financeiro da educação pública, mas não criou uma política com o nome do movimento como Nagib acreditava que se daria. O próprio criador do movimento fez questão de divulgar em suas redes seu descontentamento com Bolsonaro e alguns parlamentares que seu movimento ajudou a eleger chegando inclusive a declarar que se sentiu usado. Entretanto é preciso reconhecer que mesmo sem uma lei nacional, a visão de mundo do ESP esteve plenamente representada no governo.

O pastor evangélico Milton Ribeiro foi o terceiro Ministro da Educação do governo Bolsonaro. Sua nomeação foi considerada um aceno à base religiosa (evangélica) que apoia o governo. Ele assumiu o MEC em julho de 2020 após Weintraub renunciar ameaçado de ser preso por ataque às instituições do Estado democrático de direito. O cientista social Josué de Souza em seu artigo *O Escola Sem Partido foi pra cadeia* (2022) referindo-se aos três ministros da educação de Bolsonaro afirma,

Chegaram ao poder nas ondas do Movimento Escola sem Partido. Uma iniciativa que pretendia impor o controle dos conteúdos ensinados pelos professores. Os defensores da proposta justificavam que a iniciativa era uma tentativa de impedir que professores se utilizem da audiência cativa de seus estudantes para impor-lhes suas preferências políticas e ideológicas. O chamado “Escola Sem Partido”, virou “MEC e nossa igreja” e agora nossa cadeia está sem partido. Tiveram tanto sucesso na empreitada que em 2019 o grupo suspendeu suas ações<sup>11</sup>.

---

movimentos sociais de oposição direta às propostas do "Escola Sem Partido" e um dos principais divulgadores de notícias a respeito, além de criar análises e reflexões sobre o assunto e mobilizações. Disponível em: <https://profscontraoesp.org/sobre/>

<sup>11</sup> Disponível em: <https://revistaforum.com.br/debates/2022/6/22/escola-sem-partido-foi-para-cadeia-por-josue-de-souza-119097.html>

Josué se refere a prisão de três pastores evangélicos, sendo um deles o ministro da educação do governo Bolsonaro. Milton Ribeiro teve que renunciar ao cargo após ser preso, acusado de terceirizar o MEC para pastores evangélicos. Estes, despachavam num hotel em Brasília recebendo prefeitos do interior que, mediante o pagamento de propina aos religiosos, tinham liberado seus pedidos de investimento junto ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Segundo gravações vazadas na imprensa, o pedido de propina incluía até barras de ouro.

Em consonância com Souza, a revista *Veja* publicou em março de 2022, que Milton Ribeiro, conseguiu implantar na prática o “escola com partido” na pasta. Para a Revista<sup>12</sup>, Ribeiro incluiu a ocupação de postos-chave por pessoas encarregadas de implantar a visão ideológica do ESP – como a pedagoga Sandra Ramos, nomeada para a Coordenação Geral de Materiais Didáticos, que já assinou documento defendendo o ensino do criacionismo em contraposição à teoria da evolução das espécies, de Charles Darwin. Também houve influência na compra de livros didáticos, ao deixar de excluir obras que expõem as mulheres sob uma ótica negativa e as que ignoram a agenda de não violência contra elas. Vocábulo como “respeito à diversidade” e “democrático” foram suprimidos, cedendo lugar à valorização de ideias mais vagas, como o “convívio social republicano”.

Percebe-se que até seu último ano de governo, e apesar das críticas do próprio Nagib, Bolsonaro foi um garantidor da implementação das propostas do ESP desde o Ministério da Educação.

## **5 A NEGAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E O PROFESSOR COMO INIMIGO**

Para Roldão (2007) é imprescindível resgatar a especificidade da docência, qual seja, ensinar. Ao explicar sobre os dispositivos geradores dessa especificidade do conhecimento profissional docente, a autora propõe um conjunto de caracterizadores que concebe como agregadores e fatores de distinção do conhecimento profissional docente. Nesse quadro de análise, destaca-se a natureza compósita do conhecimento profissional dos professores, que se distingue de simples integração, pois essa compreensão assume

---

<sup>12</sup> Revista *Veja*, 23 de março de 2022, disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/escola-sem-partido-vira-escola-com-partido-no-mec-de-bolsonaro/>

que não basta integrar conhecimentos de naturezas distintas, mas urge saber utilizá-los e transformá-los como parte integrante uns dos outros. Para ela, a singularidade e imprevisibilidade das situações e das pessoas envolvidas no contexto ensinar-aprender “requer o questionamento permanente, quer da ação prática, quer do conhecimento declarativo previamente adquirido, quer da experiência anterior” (ROLDÃO, 2007, p. 101).

Para que esta atividade tão singular que é a atividade do professor, que se efetiva na relação dialógica com o outro (aluno), é necessário a valorização do professor como pessoa. Pessoa que em todas as épocas e contextos lida com outras (jovens, adultos e crianças), mediando interações comunicativas no ato de ensinar e aprender. Na concepção freireana, quem ensina também aprende, numa perspectiva de uma relação entre sujeitos ativos. E não uma visão de professor como autoridade, produtor de conteúdo, e o aluno como mero receptor de conteúdo. “O educador lida com gente e não com coisas” (FREIRE, 1996, p. 144).

Isso posto, destacamos que a atividade do professor é por natureza uma atividade que se exterioriza no diálogo e na confiança. Requer liberdade e criticidade no processo de ensino-aprendizagem. Não é desprovida de uma concepção de mundo.

Para Libânio (2002) a prática do professor deve ser reflexiva e crítica não apenas no que tange ao trabalho docente em si, mas em toda a organização e processos que envolvem o ato educativo, além de que toda a compreensão, necessariamente, precisa ser em uma perspectiva histórica. Para ele,

[...] os professores deveriam desenvolver simultaneamente três capacidades: a primeira, de apropriação teórico-crítica das realidades em questão considerando os contextos concretos da ação docente; a segunda, de apropriação de metodologias de ação, de formas de agir, de procedimentos facilitadores do trabalho docente e de resolução de problemas de sala de aula. O que destaco é a necessidade da reflexão sobre a prática a partir da apropriação o de teorias como marco para as melhorias das práticas de ensino, em que o professor é ajudado a compreender o seu próprio pensamento e a refletir de modo crítico sobre sua prática e, também, a aprimorar seu modo de agir, seu saber-fazer, internalizando também novos instrumentos. A terceira é a consideração dos contextos sociais, políticos e institucionais na configuração o das práticas escolares. (LIBÂNEO, 2002, p. 70).

Essa concepção do ser docente como um sujeito constituído na interação com o meio social, cultural e físico, portanto, como portador de uma historicidade, não pode ser vazio no que toca às concepções de mundo.

Um aspecto determinante para a compreensão do movimento ESP é a noção de ideologia apresentada. Segundo sua noção de ideologia, o próprio ESP não pode ser



considerado um movimento “político” e “ideológico”, uma vez que eles apenas querem que a Constituição seja respeitada. Evidentemente, essa é uma estratégia retórica para passar a imagem de um movimento sem interesses partidários ou ideológicos. Recuperamos Frigotto (2018) ao afirmar se tratar de uma pseudoneutralidade haja vista os vínculos políticos e partidários do ESP com vários deputados, inclusive com os filhos de Jair Bolsonaro.

De acordo com Frigotto (2018):

Sob a ideologia da neutralidade do conhecimento se oculta a escola do partido absoluto e único, partido da intolerância com as diferentes ou antagônicas visões de mundo, de conhecimento, de educação, de justiça, de liberdade; partido, portanto, da xenofobia nas suas diferentes facetas: de gênero, de etnia, da pobreza e dos pobres etc.. Um partido que ameaça os fundamentos da liberdade e da democracia. (FRIGOTTO, 2018, p. 31).

Ao estimular os alunos e pais a se tornarem delatores instaura-se a cultura da desconfiança, da vigilância e do medo, criminalizando professores e ameaçando o papel da escola pública na formação humana pautada em valores de liberdade, direito e respeito a diversidade. É a desumanização e desqualificação do professor.

Penna (2018) considera que os defensores do ESP usam estratégias discursivas fascistas porque fazem analogias que tratam o professor como um monstro, um parasita, um vampiro, um doutrinador petista. Ele opina que o denunciamento e o discurso de ódio contra os professores são muito fortes e uma tentativa de enquadrar a discussão educacional dentro de uma polarização mais ampla na nossa política nacional. Fazem parte também dos ataques, a defesa do poder total dos pais sobre os filhos e o ataque ao livro didático, pois nos livros estaria consubstanciada a “doutrinação”.

Apresentaremos breves casos dessa criminalização dos professores e como se constituem na negação da essência do ato educativo.

Professora há mais de duas décadas do Liceu Nilo Peçanha, colégio estadual em Niterói (RJ), Valéria Borges entrou no alvo dos adeptos da Escola Sem Partido em 2017, e ainda lembra do episódio em detalhes. Ela conta em matéria à Folha de São Paulo<sup>13</sup> (2022) que um aluno LGBTQIA+ a indagou sobre o então pré-candidato Jair Bolsonaro

---

13 Depoimento disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/10/apos-derrotas-escola-sem-partido-mira-genero-e-criticas-ao-agro-na-sala-de-aula.shtml>

e que ela respondeu que ele tinha seguidores homofóbicos e racistas. Segundo a professora, um áudio com esse trecho da aula vazou e, divulgado pelo deputado Carlos Jordy (PL-RJ), viralizou. Ela foi xingada e ameaçada nas redes sociais. "Senti medo, medo físico, fiquei deprimida, tomei remédio".

Uma professora de filosofia do colégio estadual Thales de Azevedo, em Salvador (BA), recebeu uma intimação para comparecer à Delegacia de Repressão a Crimes contra a Criança e ao Adolescente após uma aluna apresentar queixa sobre o conteúdo apresentado em sala de aula, com temas relacionados a questões de gênero, racismo, assédio, machismo e diversidade. O fato ocorreu em 2021 e teve repercussão na imprensa<sup>14</sup>. O colégio saiu na defesa da professora e afirmou que a intimação policial censurava o exercício laboral e constituía uma afronta ao corpo docente e a gestão da escola. Afirmou ainda que era uma violação do direito profissional e do respeito ao trabalho docente em disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e do Plano Nacional de Educação.

Para tanto, faz-se necessário destacar que a própria legislação certifica o caráter político quando na LDB (BRASIL, 1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (BRASIL, 2010) orientam as escolas a basear seu trabalho através de um projeto político-pedagógico, também chamado de PPP, esse documento é responsável por definir as diretrizes, metas e métodos para que a instituição de ensino alcance seus objetivos. Portanto, é viável afirmar que a escola deve ser sem partido e nunca, em nenhuma hipótese, deixar de ser um campo político. A liberdade que os professores têm é assegurada pelo artigo 206, inciso II da Constituição Federal de 1988, o texto diz que “a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” e no inciso III dispõe sobre o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”. Desta forma, ao propor a proibição dos professores de exercer sua profissão e a censura de alguns conteúdos importantes para a formação dos estudantes, o movimento defende pautas que são caracterizadas como inconstitucionais (BRASIL, 1988).

---

14 Folha de São Paulo. Professora da Bahia recebe intimação policial após queixa de aluna sobre conteúdo 'esquerdista', 19 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/11/professora-da-bahia-recebe-intimacao-policial-apos-queixa-de-aluna-sobre-conteudo-esquerdista.shtml>

Com 15 anos de magistério, Fabíola (nome fictício a pedido da entrevistada<sup>15</sup>), 38, pela primeira vez afastou-se do trabalho por motivo de saúde. Na semana passada, entregou à Secretaria de Educação do DF um atestado psiquiátrico de 15 dias. No documento, consta a CID 10 F41.0, o que, no sistema de classificação de doenças, significa transtorno de pânico. Em um depoimento dado à imprensa em 2018, ela relata sofrer ameaças e constrangimentos no facebook pelo teor de suas aulas levando-a a sair das redes sociais. Conta ainda que na sala de aula, alunos chegaram a apontar o celular para ela. Segundo a professora, no período eleitoral, a perseguição ficou acentuada, e chegou a receber mensagem de que seria torturada por ideologia de gênero.

Raphael Furtado, professor de física da UFES chama a atenção para o fato de que tem professores adoecendo por conta de denúncias do que vão falar. E afirma: “eu vi essa semana uma professora que pela segunda vez foi denunciada na ouvidoria porque tinha escrito um artigo para um jornal falando sobre Paulo Freire”<sup>16</sup>.

Paulo, nome fictício, professor em uma escola de classe média alta em Brasília, conta que a direção alertou os funcionários para evitarem assuntos sensíveis, incluindo feminismo, sexualidade, aborto e, especialmente, política. Ele diz não ter sido diretamente atacado por alunos, embora tenha colegas que foram, inclusive foram filmados pelos estudantes. E questiona: você já vai trabalhar naquele clima de terror, como é que você vai educar alguém assim?<sup>17</sup>

A professora de artes da rede estadual de Pernambuco Valéria Alves de Almeida, 26 anos, relata<sup>18</sup> que já tem aluno olhando para você e fazendo aquele gesto de arma com as mãos, em referência a um dos símbolos de campanha do presidente eleito em 2018.

Júlio César Oliveira, professor de história na rede pública e privada em Limoeiro do Norte, chegou a ser exposto na rádio da sua cidade, acusado por uma mãe de aluno de

---

15 Entrevista disponível em:  
<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/11/19/interna-brasil,720153/professores-relatam-ameacas-por-conta-do-projeto-escola-sem-partido.shtml>

16 Professores desmascaram os perigos do 'Escola Sem Partido', 05 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://adufs.org.br/conteudo/1639/professores-desmascaram-os-perigos-do-escola-sem-partido>

17 Idem.

18 Idem.

falar contra os policiais. Júlio relata<sup>19</sup> que em uma aula sobre a origem dos direitos humanos, ele comentou sobre o massacre no Jacarezinho, operação policial no Rio de Janeiro, que matou 28 pessoas em junho de 2021. Logo uma mãe, esposa de um policial, foi na escola exigir sua demissão alegando que estava doutrinando os alunos contra a corporação.

“A desvalorização social do trabalho do professor já é antiga, mas essa perseguição e esse ódio são, de fato, mais recentes”<sup>20</sup>, é o que argumenta a professora de Geografia Silvia Barbara, diretora do Sindicato de Professores de São Paulo (Sinpro).

André, professor de História de uma rede privada com várias unidades na capital paulista conta que explicar a história da Revolução Russa para o 9º ano lhe trouxe problemas. “Os alunos já vieram preparados para refutar qualquer tipo de argumentação ou afirmar que eu estava defendendo algum viés político. Eu não conseguia nem construir a narrativa histórica”<sup>21</sup>.

A autocensura também virou regra. O professor de Física, João, desabafa: “eu trazia para a sala de aula questões como as mulheres na ciência, que modelo Einstein defendia para a sociedade... E isso desagradava os pais”<sup>22</sup>. Ele também propunha e participava de projetos interdisciplinares com seus colegas. Mas informa que “neste ano decidi não me envolver em nenhum”.

São inúmeros os casos, não pretendemos dar conta deles, apenas demonstrar como alguns relatos corroboram com a assertiva de que o ESP é a negação da atividade pedagógica de educar. Penna (2016) conclui que o ESP desconsidera todo o saber profissional do professor, atacando a liberdade de ensino como princípio da educação brasileira. O Professor não é mais um profissional da educação, tornasse apenas um prestador de serviço, se limitando a transmitir conteúdos, isso interfere na própria liberdade do aluno que fica impossibilitado de ter um ensino plural e crítico.

---

19 Depoimento disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/resquicios-do-escola-sem-partido/>

20 Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/14/politica/1557790165\\_316536.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/14/politica/1557790165_316536.html)

21 Idem.

22 Idem.

O fazer docente está no ato de ensinar, implicitamente tem-se o ato de educar. Portanto, é no confronto de visões de mundo, das concepções científicas e métodos pedagógicos que o docente se compromete no desenvolvimento da capacidade de leitura crítica da realidade e na construção de sujeitos autônomos. O ESP ao querer impor o que o professor pode ou não ensinar é a visão de estudantes passivos e a negação de se propor um outro mundo a eles. É a negação da educação como práxis humana e como ato político onde a escola ocupa um espaço de disputa de projetos de sociedade, caindo no falso dilema de uma escola sem ideologia. Não é desideologização, é ideologia conservadora.

Retomamos a compreensão de ideologia de Mészáros, Marx (sobretudo no Prefácio da *Crítica à Economia Política*) e Lukács, (em *Para uma Ontologia do Ser Social*), como forma de consciência social orientada para a ação legitimadora de certos posicionamentos, no caso de uma ofensiva conservadora, que se utilizando de valores morais e religiosos busca retroceder a uma ideia da professora e do professor como meros executores, consumidores passivos de políticas pensadas fora dos muros das escolas, de estudantes como receptores igualmente passivos. Essa é uma visão de educação que tem lado, é uma educação mecanicista, prescritiva, apartada dos acontecimentos da vida e esvaziada das questões culturais, políticas, sociais e econômicas que a atravessam. É o que se conhece como educação conservadora e tradicional, cunhada por Paulo Freire (1968) como “educação bancária” em contraposição à “educação problematizadora”.

A essência da obra de Freire é denunciar o modelo de educação hegemônico, de educação bancária, que segundo ele, contribui para a reprodução da desigualdade social porque fundamenta-se na desumanização dos educandos, no seu menosprezo como sujeitos cognoscentes no processo educativo. Eles são sistematicamente tratados como incapazes de analisar sua condição histórica e, portanto, de transformá-la. Não é casual que o ESP e o governo Bolsonaro apresentem Freire como uma referência nociva a ser “varrida” das escolas.

Desse modo, nos parece que o ESP oculta a ideologia mais conservadora de educação, mas mais que isso, se aproveita da adesão das amplas massas da população às ideias morais e conservadoras de que é necessário combater a “ideologia de gênero” para salvar os valores da família segundo setores da igreja neopentecostal. É como se a pretensão de setores políticos reacionários de deslocar o bloco político petista que estava no poder, o crescimento das ideias religiosas neopentecostal nas amplas massas

populares e o ESP, formassem uma tríade de um fenômeno ideológico e político que miraram na educação o campo central de sua luta conservadora.

## AS DERROTAS DO ESCOLA SEM PARTIDO

Apesar dos ataques que os professores têm amargado desde o surgimento do ESP em 2004, houve e segue havendo muita resistência a ele. Exemplos como o MPCESP, o Movimento Educação Democrática (MDE) que é um desdobramento do primeiro e a Frente Nacional "Escola Sem Mordaza"<sup>23</sup> reuniram diversos sindicatos e docentes contrários ao ESP e de apoio aos professores vítimas de perseguições. Ambas as iniciativas organizaram portal com canal de apoio aos docentes vítimas das perseguições, diversos estudos sobre o ESP e um observatório de vigilância e acompanhamento de como se desenvolviam projetos de mesmo conteúdo nos diversos estados e municípios. Manuais de defesa<sup>24</sup> contra a censura nas escolas foram elaborados como instrumentos de apoio aos professores.

Organismos internacionais também se manifestaram. Em 2019, a Organização das Nações Unidas (ONU) manifestou preocupação com a proposta. Em Relatório enviado ao governo brasileiro diz entender que o projeto viola compromissos do Brasil com a educação e a liberdade. Para a ONU, o projeto representa uma “restrição indevida ao direito de liberdade de expressão de alunos e professores no Brasil”. A organização alertou ainda para o risco de se impedir discussões sobre gênero e diversidade sexual, “fundamental para prevenir estereótipos de gênero e atitudes homofóbicas por estudantes”.

Em 24 de abril de 2020, o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional, por unanimidade, uma lei de 2015 do município de Novo Gama (GO) que proibia materiais didáticos com informações sobre “ideologia de gênero” em suas escolas. E em 8 de maio, o STF declarou inconstitucional parte semelhante de uma legislação de 2018, de Foz do Iguaçu (PR) que proibia políticas de ensino, materiais e atividades escolares que tendam

---

23 A Frente Nacional Escola Sem Mordaza foi criada em 2016 contra o Projeto de Lei (PL) 7180/2014, conhecido como “Escola sem Partido” e lançada em 2019 na Câmara dos Deputados em Brasília (DF).

24 Documentos técnicos para se defender da censura. Disponível em: <https://profscontraoesp.org/documentos/>

a aplicar a ideologia de gênero, o termo gênero ou orientação sexual. Nos dois casos, o Supremo entendeu, por unanimidade, que os conteúdos das leis violavam de modo formal e material princípios e dispositivos constitucionais.

As decisões foram muito importantes. De fato, o STF sinalizava que os municípios não podem interferir nos planos nacionais de educação e que as proibições municipais violavam os direitos à igualdade, à educação e à liberdade de expressão. Segundo material disponível<sup>25</sup>, no caso de Novo Gama, a decisão do ministro Alexandre de Moraes, apoiada por toda a corte, afirma que a lei impunha o silêncio, a censura e, de modo mais abrangente, o obscurantismo. No caso de Foz do Iguaçu, a decisão da ministra Carmen Lúcia sustentou que "a supressão de conteúdo curricular é medida grave que atinge diretamente o cotidiano dos alunos e professores e prejudica parte indispensável de seu direito ao saber.

Uma outra decisão, de 26 de junho do mesmo ano, o STF voltou a considerar inconstitucional, novamente por unanimidade, artigo do Plano Municipal de Educação de Cascavel (PR), de 2015, que vedava a adoção de políticas de ensino que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo gênero ou orientação sexual. Dessa vez, o relator da matéria ministro Luiz Fux, explicita em seu voto: "A proibição genérica de determinado conteúdo, supostamente doutrinador ou proselitista, desvaloriza o professor, gera perseguições no ambiente escolar, compromete o pluralismo de ideias, esfria o debate democrático e prestigia perspectivas hegemônicas por vezes sectárias"<sup>26</sup>.

Penna, lembra que a partir destas derrotas, também ocorreram outras no Congresso Nacional ao Supremo Tribunal Federal (STF). Na Câmara dos Deputados, o PL conhecido como "Escola Sem Partido 2.0" – que trazia a possibilidade de gravar as aulas independentemente da autorização dos professores – não avançou. E que depois disso o movimento ficou à deriva com o afastamento de seu principal líder, o advogado Miguel Nagib – fundador e cunhado da deputada Bia Kicis (PSL-DF), que anunciou sua saída um dia após a derrota no STF. Entretanto, o site do movimento ESP segue no ar, ainda que seu último post seja de 2020.

---

25 Ver informação disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/05/supremo-impede-intolerancia-nas-escolas-brasileiras.shtml>

26 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/07/pauta-ideologica-de-bolsonaro-ideologia-de-genero-sofre-derrotas-em-serie-no-stf.shtml>

O professor avalia que o movimento está no momento meio que desarticulado, e que atualmente “não é uma fração da pauta pública”. Segundo ele, como articulação, ele está sem força, mas é importante entender que essa perseguição aos professores foi alimentada pelo movimento, mas extrapola a sua atuação. Está inserida na pauta da guerra cultural/disputa ideológica da sociedade. Essa perseguição aos professores não termina. Uma faceta disso é que, nesse contexto de medo, o fenômeno mais danoso é a autocensura, os professores que deixaram de fazer discussões que eles consideram importantes por medo. O professor alerta que, embora positiva, a desarticulação dos projetos de lei não suspende o discurso que o embasou na sociedade e que, em sua análise, “continua firme e forte”<sup>27</sup>.

Concordamos com Penna de que a ideologia que ancora o ESP segue firme, ainda que com reveses. Com efeito, conforme já expusemos, a perspectiva marxista de ideologia que norteia este trabalho a concebe como fruto das relações sociais da sociedade de classes, e não como uma abstração que paira sobre ela. Exatamente por isso, somos portadores do esperar que nos propõe Freire (1992).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de algumas considerações, constatamos que as ideias apregoadas pelo Escola Sem Partido ganharam força no contexto econômico, político e social da chamada ofensiva conservadora que adquiriu um salto com o impeachment da ex-presidente Dilma Roussef. Isso porque, depois do impeachment, ascende ao poder federal um bloco político de partidos de direita que implementam uma agenda de ataques aos direitos sociais e à educação, ancorados em valores conservadores e morais.

A principal temática de uma “Escola sem Partido” estava focada no receio da “doutrinação marxista”, algo que já havia estado presente no período da ditadura civil-militar de 1964, mas que adquire nova dimensão ao convergir com as ideias da ofensiva conservadora de combate à chamada “ideologia de gênero” e é elevada a política

---

27 Entrevista de 2021, disponível em [tps://outraspalavras.net/outrasmidias/resquicios-do-escola-sem-partido/](https://outraspalavras.net/outrasmidias/resquicios-do-escola-sem-partido/)



governamental através do Ministério da Educação no governo Bolsonaro e de vários projetos regionais.

O discurso ideológico da neutralidade, combate a “doutrinação” e a “ideologia de gênero” por trás do movimento Escola sem Partido (ESP) e pelos grupos que o representam, sugere a intenção de lograr o apoio dos pais e de um amplo setor da população partidários de valores religiosos e morais. Surfando a onda do crescimento das ideias neopentecostais, vários políticos se elegeram a partir da adoção das ideias do Escola Sem Partido. Essa retroalimentação, permite o crescimento e fortalecimento do ESP que instaura um clima permanente de vigilância e ações de criminalização à prática docente. O professor é vigiado e perseguido.

Paulo Freire, demonizado pelos adeptos do ESP, sempre enfatizou a importância de uma educação escolar crítica (não doutrinária) para promover inclusão social e avanços econômicos e políticos no país. Tinha convicção, porém, de que a genuína consciência política nasce na luta social, da qual a educação escolar é insumo e produto. Por isso, Paulo Freire enfatizou o valor da educação popular que acontece nas práticas políticas e culturais. É nesse âmbito que a construção de uma escola democrática e plural vai acontecer.

Vimos que é inconcebível que haja educação de forma neutra, uma vez que o ato de educar presume sujeitos inseridos no espaço/tempo histórico de uma dada sociedade. O projeto ESP ameaça à liberdade de aprender e ensinar, além do pluralismo de ideais presentes na Constituição Federal de 1988. Compete ao educador se colocar diante do mundo e colaborar para que seus educandos também o possam, através do diálogo, da reflexão crítica e de seus próprios posicionamentos.

Ao negar isso, a ideologia por trás do ESP se revela antidialógica, antidemocrática e, portanto, conservadora. Tal pensamento reacionário, exclui concepções pedagógicas e nega a pluralidade cultural do nosso país. A escola deixa de ser um espaço de promoção da valorização e respeito à pluralidade de ideias. Uma das grandes preocupações do ESP é banir da escola a abordagem de questões de gênero e sexualidade. As relações de gênero e a dimensão da sexualidade costumam provocar grande interesse por parte dos e das jovens, além de angústias e sofrimentos. É parte do cotidiano deles. Se a escola não aborda tais assuntos, a quem os jovens recorrerão? O ESP não reconhece nos jovens qualquer capacidade de autonomia, concede-lhes somente o papel de sujeitos sem pensamento

por conta própria, sem capacidade de pensamento reflexivo, reservando-lhes o papel de delatores de seus professores, vistos pelo movimento ESP como inimigos.

Destarte, o direito à educação é o direito de todos se apropriarem da cultura, tornando-se sujeitos autônomos, capazes de ler, compreender e participar verdadeiramente do mundo, devendo aprender sobre tudo aquilo que é possível e necessário para a realização da vida. A escola, portanto, não ensina apenas conhecimentos, mas também valores, formas de agir, ser e estar no mundo. Essa concepção significa que o trabalho do educador é o de conduzir o educando no exercício de apropriação da cultura, por meio do processo de ensino-aprendizagem, com uma relação entre professor e aluno pautada pelo respeito mútuo, diálogo e liberdade. Ou seja, o oposto do propagado pelo ESP, que visa a imposição de um julgamento moral e dogmático à docência, o que prejudica o aprendizado dos alunos. Imersos em um clima de criminalização, medo, os professores não têm condições de exercer o ato de educar.

Ocultando-se no falso discurso da neutralidade do conhecimento, fica evidente que os pressupostos teóricos e políticos do ESP é de precarização do professor e da escola pública que historicamente é tão atacada pelo empresariado brasileiro.

Isto posto, é preciso que educadores e educadoras se posicionem contra as ideias do ESP. Não basta somente se contrapor ao ESP que já está em fase de desarticulação após gerar tanto adoecimento aos professores. Faz-se necessário combater as ideias do ESP que busca criar uma hegemonia de educação que negue uma transformação social. Somente através da luta e pela resistência ao modelo proposto pelo ESP que conseguiremos uma educação emancipadora.

## **6 REFERÊNCIAS**

ALAGOAS. **Lei nº 7.800, de 05 de maio de 2016. Institui no âmbito do sistema estadual de ensino, o programa “Escola Livre”.** Diário Oficial do Estado de Alagoas, 11 maio 2016.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviço na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2003.

BIANCHI, Alvaro. **Conservadorismo-liberal: uma nova linhagem do pensamento político?**In: Blog Junho, publicado em 02 nov. 2015, disponível em <http://blogjunho.com.br/conservadorismo-liberal-uma-nova-linhagem-do-pensamento-politico/>, acesso em 12 ago. 2016.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm), acesso em 06 de janeiro de 2023.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Um ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FREIRE, P. **Educação como prática para a liberdade: e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. Um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **A concepção bancária da educação como instrumento de opressão**. In: **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005[1968], p.65-87.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola sem Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2018.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LDB/MEC. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Brasil, 1996. Disponível em: [www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br), acesso em 10 dezembro de 2022.

LEHER, Roberto. **Educação e neofascismo no governo Bolsonaro**. In: REBUÁ, Eduardo; COSTA, Reginaldo; GOMES, Rodrigo Lima R; CHABALGOITY, Diego

(Orgs.). *Neofascismos e Educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020, p. 47-83.

LIBANEO, José Carlos. Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico? *In*: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (orgs.). **Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOWY, Michel. **Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil**. *In*: JINKINGS, I; DORIA, K; CLETO, M (orgs). Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**. Porto: Elfos, 1989 (Texto original de 1923).

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução Nélio Schneider, com a colaboração de Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. (Texto original publicado em 1859).

MARX, K e ENGELS F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MELO, Demian. **O Bolsonarismo como fascismo do século XXI**. *In*: REBUÁ, Eduardo; COSTA, Reginaldo; GOMES, Rodrigo Lima R; CHABALGOITY, Diego (Orgs.). *Neofascismos e Educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020, p. 12-46.

MIGUEL, L. F. **Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”**: o “Escola Sem Partido” e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, v. 15, p. 590, 2016.

MÉSZAROS. I. **O poder da ideologia**. Tradução Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, I. *Para Além do capital: rumo a uma teoria de transição*. (Trad. de P. C. Castanheira e S. Lessa). São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 7 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

PENNA, Fernando A. **O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional**. IN: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2016.

\_\_\_\_\_. A. **O discurso reacionário de defesa de uma “escola sem partido”**. In: GALLEGO, Esther S. (org). **O ódio como política – A reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

RAMOS, Marise N. **A disputa da educação democrática em sociedade antidemocrática**. IN: PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação democrática: Antídoto ao Escola sem Partido**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

ROLDÃO, M. do C. **Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional**. Revista Brasileira de Educação, v.12, n. 34, jan/abr. 2007.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11a ed. Campinas: Autores Associados; 2013.

SAVIANI, Dermeval. **A Defesa da Escola Pública no Brasil: difícil, mas necessária**. In: KRAWCZYK, Nora (org.) **Escola Pública, tempos difíceis, mas não impossíveis**. Campinas: Editora UNICAMP, 2018.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Edmund Burke e a gênese conservadorismo**. 2016. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 126, p. 360-377, maio/ago. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n126/0101-6628-sssoc-126-0360.pdf>. Acesso em: 24/03/2019.

**Site do Escola Sem Partido**. <http://www.escolasempartido.org/>

Nericilda Bezerra da Rocha é Doutoranda em Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: nericilda@hotmail.com